

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Relatório da Diretoria

É com satisfação que apresentamos os resultados do ano de 2022 da GDL TRANSPORTES E ARMAZENS S.A. O ano, para a Companhia, apresentou um mercado semelhante dos anos anteriores onde os armazéns de carga geral mantiveram-se cheios, com alta rotatividade. Internamente a empresa passou por uma nova transição na alta gestão, com a saída do novo CEO em julho de 2022, que fora contratado no final de 2020.

Ainda assim a GDL TRANSPORTES E ARMAZENS S.A cresceu em faturamento e lucro líquido, na ordem de 42% e 36% respectivamente.

O GRUPO GDL conta com uma área de 1.000.000 m² com mais de 60.000 m² de armazéns cobertos. Tal operação possibilita a captura de sinergias na exploração local das atividades de armazenagem e logística, resultando em uma Companhia mais competitiva e enxuta, preparada para enfrentar a concorrência em condições mais vantajosas.

Comunicamos outro assim, que permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A.
Cariacica- ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pela auditoria das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria ;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2023.

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Balancetes patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.569	1.286	Fornecedores	12	2.169	1.698
Cientes e outras contas a receber	7	11.862	6.947	Partes Relacionadas	23	265	34
Adiantamento a fornecedores		466	401	Empréstimos Consignados Funcionários		94	89
Impostos a recuperar	8	2.243	451	Obrigações trabalhistas	13	1.465	1.112
Estoque para revenda		296	198	Obrigações tributárias	14	1.819	1.664
Despesas do exercício seguinte	9	910	496	Adiantamentos de clientes		200	159
		<u>17.346</u>	<u>9.779</u>	Outros créditos	15	4.539	1.998
				Indenizações		5	5
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		74	94	IRPJ e CSLL s/diferenças temporárias		540	-
IRPJ e CSL diferidos		-	168	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar			-
Imobilizado	10	2.971	1.105			<u>11.096</u>	<u>6.759</u>
Intangível	11	1.722	432	Provisão para contingências	16	84	84
		<u>4.767</u>	<u>1.799</u>	Outras provisões		10	10
						<u>94</u>	<u>94</u>
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		1.873	1.873
				Reserva legal		375	375
				Reserva de lucros		8.675	2.477
				Lucros Acumulados			-
						<u>10.923</u>	<u>4.725</u>
Total do ativo		<u><u>22.113</u></u>	<u><u>11.578</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>22.113</u></u>	<u><u>11.578</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juliana Roque de Campos - Diretora

CPF/MF: 167.591.968-21

Marcelino Carneiro da Cunha - Contador

CRC/ES: 011035/O-4 - CPF/MF: 001.810.797-47

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	18	64.450	45.638
Custos incidentes	19	(37.529)	(28.494)
Lucro bruto		26.921	17.144
Receitas (despesas) operacionais: Administrativas, comerciais e gerais	19	(8.690)	(5.284)
(=) Lucro (Prejuízo) líquido antes do resultado financeiro		18.231	11.860
Receita financeira	20	73	47
Despesa financeira	20	(118)	(154)
Resultado antes dos impostos incidentes		18.186	11.753
Contribuição social	21	(1.466)	(873)
Imposto de renda	21	(3.951)	(2.314)
Contribuição social diferida	21	(188)	79
Imposto de renda diferido	21	(520)	219
(=) Lucro líquido do exercício		12.061	8.864
(=) Resultado líquido do exercício		12.061	8.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juliana Roque de Campos - Diretora
CPF/MF: 167.591.968-21

Marcelino Carneiro da Cunha - Contador
CRC/ES: 011035/O-4

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro do exercício	<u>12.061</u>	<u>8.864</u>
Total de resultados abrangentes para o exercício	<u><u>12.061</u></u>	<u><u>8.864</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juliana Roque de Campos - Diretora
CPF/MF: 167.591.968-21

Marcelino Carneiro da Cunha - Contador
CRC/ES: 011035/O-4

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.873	246	235	-	-	2.354
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	8.864	8.864
Transferido para reserva de lucros	-	-	1.686	-	(2.290)	-
Dividendos a distribuir (*)	-	-	-	604	-	604
Incorporação ao Capital Social	-	-	-	-	-	-
Transferido para reserva legal	-	129	-	-	(129)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(48)	-	(6.363)	(6.411)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(82)	(82)
Cisão	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.873	375	1.873	604	-	4.725
Mutações no período	-	129	1.638	604	-	2.975
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.873	375	1.873	604	-	4.725
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	12.061	12.061
Transferido para reserva de lucros	-	-	5.863	-	(12.061)	(6.198)
Dividendos a distribuir (*)	-	-	-	6.198	-	6.198
Incorporação ao Capital Social	-	-	-	-	-	-
Transferido para reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(5.863)	-	-	(5.863)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Cisão	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.873	375	1.873	6.802	-	10.923
Mutações no período	-	-	-	6.198	-	6.198

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(*) Em consonância com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela lei nº 11.638/07, a Companhia destinou o excedente da Reserva de lucros em relação ao Capital Social para Reserva de Lucros a Realizar. Adicionalmente a Administração manifestou a intenção de distribuir esse montante ao longo do ano seguinte.

Juliana Roque de Campos - Diretora
CPF/MF: 167.591.968-21

Marcelino Carneiro da Cunha - Contador
CRC/ES: 011035/O-4

COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício	12.061	8.864
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa e equivalentes	-	-
IRPJ e CSL diferidos	708	(298)
Depreciações e amortizações	694	295
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	786	468
Provisão para contingências	-	(112)
	<u>14.249</u>	<u>9.217</u>
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(5.700)	(4.259)
Estoques	(98)	-
Impostos a recuperar	(1.792)	(296)
Adiantamento a fornecedores	(65)	(94)
Outros ativos circulantes	(414)	(249)
Depósitos judiciais	20	103
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	471	545
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.221	3.951
IRPJ e CSLL pagos no período	(5.713)	(2.719)
Indenizações	-	(5.843)
Outros passivos circulantes	2.582	1.786
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	<u>9.761</u>	<u>2.142</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição intangíveis	(1.599)	(321)
Aquisições do imobilizado	(2.263)	(459)
Baixa de intangível	11	-
Baixa de imobilizado	1	49
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	<u>(3.850)</u>	<u>(731)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes Relacionadas	231	(652)
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos	5	5
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades de financiamentos	<u>236</u>	<u>(647)</u>
Das atividades de financiamento com acionistas		
Distribuições de lucros e juros sobre capital próprio	(5.863)	(7.660)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	<u>(5.863)</u>	<u>(7.660)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>284</u></u>	<u><u>(6.896)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.285	8.181
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.569	1.285
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>284</u></u>	<u><u>(6.896)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juliana Roque de Campos - Diretora
CPF/MF: 167.591.968-21

Marcelino Carneiro da Cunha - Contador
CRC/ES: 011035/O-4

1. Informações gerais

A GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. ('Companhia') é uma sociedade anônima de capital fechado, que adota o nome fantasia GDL. A Companhia foi constituída em fevereiro de 1993 e iniciou suas atividades em março de 1995.

Sua operação principal é a movimentação e armazenagem alfandegada de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, destinadas ou provenientes de transporte internacional, operando como Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA.

A Companhia possui licença da Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro por prazo indeterminado, conforme dispõe o Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 19 de 31 de julho de 2013.

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia fez uma cisão parcial com versão do patrimônio cindido para a BCDF E JR PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 08 de janeiro de 2018, a Companhia foi objeto do Acordo de Associação entre a Tegma Gestão Logística S.A. e a BCDF e JR Participações S.A. ("Holding Silotec"), para a criação da joint venture GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL"), unindo as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais ("Silotec"), subsidiária integral da Holding Silotec.

Em 18 de maio de 2021, a Companhia alterou a razão social para GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. para seguir o padrão do nome criado na joint venture.

Impactos da Covid

Em consonância com *OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021* em seu item 6.1 a companhia ressalta que não houve ociosidade na produção, inclusive destaca-se que o ano de 2020 está obteve volume recorde na operação. Porém com intuito de atenuar os efeitos da pandemia, a companhia adotou o regime de teletrabalho fundamentada na medida provisória 927/2020 para os funcionários de áreas administrativas, possibilitando que o parque operacional tivesse apenas funcionários necessários para continuidade da operação. Além disso, a companhia adotou medidas de apoio a todos funcionários e familiares, fornecendo atendimento médico e psicológico. O resultado destas ações fora assertivo, tendo a companhia apenas casos isolados e todos os funcionários já recuperados.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 04 de julho de 2023 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável.

Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa quando requerida. A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada.

A Companhia considera nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em contas a receber de clientes, fundamentado no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

Como expediente prático - permitido pelo CPC 48 - os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados como créditos de liquidação duvidosa com contrapartida no resultado, na rubrica de "despesas gerais e administrativas". Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada contra créditos de liquidação duvidosa. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, efetuando baixa da provisão no ativo.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Cabe ressaltar que não ocorreram mudanças entre os exercícios sociais 2022 e 2021.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre o valor de venda com o valor residual do ativo e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

3.5. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares, custos necessários para colocá-los em uso. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis exclusivos e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis, caso os critérios de reconhecimento sejam atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. A taxa de amortização utilizada é de 5 anos (20%).

3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos "impairment"

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Dessa forma, se evidenciada perdas decorrentes de eventos, cujo resultado proporcione valor contábil do ativo inferior ao seu valor recuperável, é constituída provisão de impairment contra o resultado.

3.7. Salários e encargos sociais a pagar

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios pós-emprego

A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego da Companhia.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

3.9. Receita líquida dos serviços prestados

A Companhia presta serviços com foco nas áreas de gestão logística e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo. A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

4. Gestão de risco financeiro e instrumento financeiros

4.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Conselho de Diretoria.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(i) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(ii) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida direta que impactasse nas demonstrações contábeis.

(iii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O empréstimo emitido às taxas fixas expõe a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 7).

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	1.569	1.286
Contas a receber (nota Explicativa nº 7)	11.862	6.947

(v) Risco de liquidez

A projeção de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 244 (R\$ 51 em 2021) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

(vi) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades e contas a receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos ao custo amortizado	valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.569	-	1.569	1.286	-	1.286
Contas a receber	11.862	-	11.862	6.947	-	6.947
Adiantamento a fornecedores	466	-	466	401	-	401
	<u>13.897</u>	<u>-</u>	<u>13.897</u>	<u>8.634</u>	<u>-</u>	<u>8.634</u>
Passivos						
Fornecedores					2.169	1.698
Empréstimos consignados a funcionários					94	89
				<u>2.263</u>	<u>1.787</u>	

4.3. Análise de sensibilidade

A Companhia não está mais realizando captações de recursos com terceiros.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da gestão de capital da Companhia é de assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições financeira a fim de manter relação de capital ótima para salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, assim como manter uma estrutura de capital ideal para otimização esse custo.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, entre outros.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras).

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim sumariados:

Descrição	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.569	1.286
Empréstimos e financiamentos	(94)	(89)
Partes relacionadas	-	-
Dívida líquida	1.475	1.197
Patrimônio Líquido	10.923	4.725
Índice de alavancagem financeira	14%	25%

4.5. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) disponíveis em mercados para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;

- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados nos mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados incluídos no Nível 1;
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

5. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Ativos fiscais diferidos

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Diretoria quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Diretoria acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

5.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	3	3
Bradesco	-	-
Itaú	1.091	580
Santander	231	652
Aplicações Financeiras (*)	244	51
	<u>1.569</u>	<u>1.286</u>

(*) As aplicações financeiras correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

7. Clientes e outras contas a receber

	2022	2021
Clientes	9.476	7.253
Outras contas a receber	389	48
Provisão de Receita com Clientes	4.668	1.536
Provisão para perda de crédito esperada	(2.671)	(1.890)
	<u>11.862</u>	<u>6.947</u>

GDL TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

Aging List	2022	2021
Vincendos	5.689	3.973
Vencidas até 30 Dias	925	802
De 31 a 60 Dias	57	435
De 61 a 90 Dias	69	60
Mais de 90 Dias	2.736	1.983
	<u>9.476</u>	<u>7.253</u>

A Companhia provisiona em PECLD a totalidade dos itens vencidos a mais de 360 dias. Pelos estudos internos, a provisão de perda estimada para itens não vencidos, ou vencidos a curto prazo não seria relevante diante da operação da companhia.

A movimentação da Provisão para perda de crédito esperada é demonstrada abaixo:

	2022	2021
Saldo Inicial	(1.890)	(1.422)
Adições	(872)	(517)
Baixas	91	49
Saldo Final	<u>(2.671)</u>	<u>(1.890)</u>

8. Impostos a recuperar

	2022	2021
INSS a recuperar	33	33
ICMS a recuperar	2.210	418
	<u>2.243</u>	<u>451</u>

9. Despesas antecipadas

	2022	2021
Seguro operacional	753	436
Seguro patrimonial	115	55
Outros	42	5
	<u>910</u>	<u>496</u>

10. Imobilizado

	Tx anual	2021		2022			Saldo Líquido
		Saldo Líquido		Aquisição	Baixa	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	10%	480	643	-	(120)	1.003	
Móveis e utensílios	10%	124	106	-	(27)	203	
Veículos	20%	-	-	-	-	-	
Benfeitoria em Imov. de 3ºs	4%	255	371	-	(33)	593	
Equip. de informática	20%	87	953	(1)	(157)	882	
Equip. de comunicação	20%	-	150	-	(6)	144	
Material de Segurança	20%	159	40	-	(53)	146	
		<u>1.105</u>	<u>2.263</u>	<u>(1)</u>	<u>(396)</u>	<u>2.971</u>	

10.1. Revisão da vida útil

As taxas de depreciação anual são revisadas com base na vida útil-econômica dos bens, levando em consideração os valores residuais estimados.

A Companhia revisou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas.

10.2. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

11. Intangível

	Tx anual Deprec.	2021	2022			Saldo
		Saldo Líquido	Aquisição	Baixa	Amortização	Líquido
Direito de uso- Sistemas	20%	432	1.599	(11)	(298)	1.722

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício. Não ocorreram alterações nas premissas de amortização para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

12. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais - diversos	2.169	1.439
Seguros a vencer	-	259
	2.169	1.698

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

13. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Salários e Pró-labore	65	5
Provisão de férias	1.027	756
INSS a recolher	287	286
FGTS a recolher	86	65
	<u>1.465</u>	<u>1.112</u>

14. Obrigações tributárias

	2022	2021
IRRF a recolher	125	74
ISS a recolher	345	335
COFINS a recolher	408	394
PIS a recolher	89	86
Retenção PIS-COFINS-CSLL a recolher	10	14
IRPJ	178	387
CSLL	66	154
Provisão COFINS	300	117
Provisão PIS	65	25
Provisão ISS	233	77
ICMS	-	1
	<u>1.819</u>	<u>1.664</u>

15. Outros passivos circulantes

	2022	2021
ICMS transitório (*)	2.151	381
Gratificações a funcionários	1.422	1.093
Aluguel de Imóveis	-	131
Energia elétrica	-	121
Demurrage	909	-
Outros passivos	57	272
	<u>4.539</u>	<u>1.998</u>

(*) Conta utilizada para alocar os valores do ICMS das notas fiscais de entrada para armazenagem vindas de outros estados. Esse valor é revertido quando a mercadoria retorna para o cliente fora do estado.

16. Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	2022	2021
Contingências trabalhistas	84	84
	<u>84</u>	<u>84</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

	2022		2021	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas	84	94	84	94
	<u>84</u>	<u>94</u>	<u>84</u>	<u>94</u>
	Trabalhista	Tributárias	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84	-	-	84
Adições	-	-	-	-
Reversões/baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84</u>

16.1. Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza cível, tributária e trabalhista em andamento, e está discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósito judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Diretoria, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

16.2. Perdas possíveis, não registradas no balanço

A Companhia tem ação de natureza civil, fiscal e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Diretoria como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída no valor de R\$ 856 (R\$1.464 em 2021).

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$ 1.873 (um milhão, oitocentos e setenta e três mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 224 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 8,36 cada uma.

GDL TRANSP.ARM.GERAIS S.A.	Acionistas	Nº Ações	Vlr.total	Vlr.Unitário	Participação %
Total em 31 de dezembro de 2022	GDL	<u>224</u>	<u>1.873</u>	<u>8,36</u>	<u>100</u>

17.2. Reserva de lucros e capital

Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A Companhia mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais do capital fixo e circulante e são formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, não podendo estas reservas ultrapassar o valor do capital social, o saldo atual de R\$ 375 já está no limite dos 20% do capital social.

17.3. Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal será destinada para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	12.061	8.864
Reserva legal	-	129
Base de cálculo	12.061	8.735
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (*)	3.015	2.184
Porcentagem sobre a base de cálculo	25%	25%
Dividendos adicionais (*)	2.848	-

(*) os dividendos obrigatórios e adicionais relativos ao exercício de 2022 foram distribuídos e pagos dentro do exercício.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

18. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita bruta operacional		
Receitas de serviços	78.509	55.000
	<u>78.509</u>	<u>55.000</u>
Deduções sobre vendas		
Desconto concedido	(1.292)	(390)
Comissão sobre vendas e outros	(1.665)	(1.184)
ISS	(3.907)	(2.750)
PIS	(1.280)	(899)
COFINS	(5.915)	(4.139)
	<u>(14.059)</u>	<u>(9.362)</u>
Receita operacional líquida	<u>64.450</u>	<u>45.638</u>

19. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Custo dos serviços prestados	(37.529)	(28.494)
Gerais e administrativas	(8.690)	(5.284)
	<u>(46.219)</u>	<u>(33.778)</u>
	2022	2021
Com pessoal	(20.674)	(12.964)
Aluguel	(6.411)	(3.965)
Depreciações e amortizações	(694)	(295)
Viagens	(294)	(245)
Comunicação	(114)	(51)
Impostos e Taxas	(204)	(226)
Manutenção e conservação	(1.051)	(504)
Energia, Água e Esgoto	(1.032)	(887)
Seguro	(1.215)	(992)
Informática	(2.378)	(425)
Custo direto na operação	(1.909)	(2.128)
Avarias	(2.339)	(487)
Serviços Terceiros (*)	(6.626)	(8.934)
Outros	(1.278)	(1.675)
	<u>(46.219)</u>	<u>(33.778)</u>

(*) Em decorrência da captação de novos clientes em 2022, observa-se aumento relevante na receita e consequentemente nos respectivos custos.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

20. Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos	16	11
Juros ativos	43	11
Juros de aplicação financeira	9	24
Variação cambial ativa	5	1
Outras receitas		-
	<u>73</u>	<u>47</u>
Despesa financeira		
Juros	(17)	(8)
Despesas bancárias	(98)	(129)
Variação cambial passiva	(1)	(1)
PIS/COFINS/IOF s/receita financeira	(2)	(2)
Outras		(14)
	<u>(118)</u>	<u>(154)</u>
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas	<u>(45)</u>	<u>(107)</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

22.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	18.186	11.753
Adições reversões prov.receitas de serviços		-
Adições Indenizações		-
Exclusões prov.receitas de serviços	(2.753)	(372)
Exclusões reversões prov.contingências	-	(205)
Outras exclusões e adições	858	977
Lucro ajustado	<u>16.291</u>	<u>12.153</u>
Compensação com prejuízo fiscal	-	(2.449)
Lucro Real	<u>16.291</u>	<u>9.704</u>
Incentivo PAT	98	58
Patrocínio projetos culturais e artísticos	-	30
Imposto calculado c/base em alíquota vigentes	(5.417)	(3.187)
IRPJ e CSLL diferido s/prej.fiscal		-
IRPJ e CSLL diferido s/diferenças temporárias	708	298

22.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo não circulante		
Imposto de renda diferido s/diferenças temporárias	-	(44)
Contribuição social diferida s/diferenças temporárias	-	(124)
	-	<u>(168)</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais Mil)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo não circulante		
Imposto de renda diferido s/diferenças temporárias	143	-
Contribuição social diferida s/diferenças temporárias	397	-
	<u>540</u>	<u>-</u>

No exercício de 2022, foi constituído R\$ 708 registrado como reversão de provisão no passivo circulante referente a imposto de renda e contribuição social diferida sobre diferenças temporárias.

23. Partes relacionadas

A companhia faz parte do grupo GDL, juntamente com a GDL Logística Integrada S.A., no qual tem em aberto em 2022 o valor de R\$ 265 e em 2021 o valor de R\$ 34, em conta de mútuo no passivo circulante.

24. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia restringem-se às contas correntes bancárias, contas a receber, captação de empréstimos e financiamentos em condições normais de mercado, sendo devidamente divulgados nas demonstrações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro 2022 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis (Nota Explicativa nº 6);
- Clientes e outras contas a receber: os recebíveis de clientes têm valores ajustados ao risco de perda de crédito, apresentando saldos contábeis em linha com sua realização. (Nota Explicativa nº 7).
- Fornecedores: os saldos a pagar de fornecedores têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis (Nota Explicativa nº 12);

25. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e operações sujeitas a riscos por montantes considerados pela Diretoria como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Para todas as importações realizadas pela Companhia são contratados seguros, que possuem coberturas que variam em conformidade com o valor da carga importada. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

26. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Empresa oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação.

27. Eventos Subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.